

**Exma. Senhora  
Presidente da Comissão de  
Administração Pública, Ordenamento  
do Território e Poder Local  
Deputada Isaura Morais,**

### **REQUERIMENTO**

As juntas de freguesia ainda não foram ressarcidas pelo Governo de todos os gastos relacionados com a covid-19 durante todo o período de pandemia.

Estas despesas que foram mensalmente reportadas até ao dia 15, pelas juntas de freguesia, à DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais), ascendem a cerca de cinco milhões de euros, segundo informação da Associação Nacional de Freguesias (Anafre) e dizem respeito ao período compreendido entre março de 2020 e a presente data.

Numa audiência parlamentar durante o Orçamento do Estado para 2022, o **Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Carlos Miguel**, alertou que parte das despesas das autarquias com a covid-19 não estava certificada. *“Para haver dívida, tem que haver contrato. Para haver dívida, tem que haver compromisso. Aquilo que vos quero dizer é o seguinte: o esforço feito pelas autarquias, câmaras municipais e juntas de freguesia, foi enorme e todos nós só temos que agradecer e evidenciar o mesmo e tentar por todas as formas conseguir cobrir o máximo possível dessas despesas”,* e que **“o Governo está atento e está aberto para chegar a uma solução justa sobre as mesmas”**.

Recentemente o **Presidente da Anafre, Jorge Veloso**, recebido por Marcelo Rebelo de Sousa em Belém, reiterou novamente a sua preocupação pelo enorme atraso do Governo no pagamento destas verbas extraordinárias, gastas pelas juntas de freguesia para assistência social às populações, onde afirmou que **“há freguesias com orçamentos diminutos que não estavam preparadas para estas despesas”**.

Pelo exposto e por se considerar toda esta situação incompreensível e muito preocupante para estas autarquias e as suas populações, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, vêm nos termos legais e regimentais aplicáveis, requerer a audição com caráter de urgência do Presidente da Anafre, Jorge Veloso e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Carlos Miguel para um esclarecimento cabal relativamente a esta matéria.

**Palácio de São Bento, 8 de setembro de 2022**

**Os Deputados,**